



# Renato Vilela

E-mail: [renatovla@yahoo.com.br](mailto:renatovla@yahoo.com.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/renato.vilela.7>

# Introdução

**Direito empresarial é moleza! Desde que...**

- **O estudo para concursos é um pouco diferente da lógica de quem advoga.**
- **O advogado de empresarial pensa em soluções de problemas práticos e específicos que normalmente dependem de uma “ginástica” jurídica. **Primeiro a arquitetura da solução, depois verifica como enquadrar legalmente.****
- **No concurso público, não interessa a solução de um problema ou o caráter prático da matéria, **importa o texto de lei!****

# Introdução

**Como ficar fera no Direito Empresarial? Se é uma matéria baseada em texto de Lei... Precisa ter em mente 4 pontos**

- 1. Mais importante: **LER A LEI!!!** De maneira organizada e sistemática, conforme vamos trabalhar aqui.**
- 2. Resolver as **questões da carreira** que vai prestar.**
- 3. Nos assuntos controvertidos, que vamos ver, conhecer as Jurisprudências, orientações jurisprudenciais e enunciados normativos.**
- 4. Se tiver dúvidas conceituais, uma espiada na doutrina vai bem.**

# Introdução

Onde está o Direito Societário no mundo do Direito?

É um braço do **Direito Empresarial** que trata das sociedades empresárias...



# **REVISÃO AGU**

**Prova para Advogado da União**

**Banca – CESPE**

**Questões – Certo ou Errado**

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Julgue os itens a seguir, relativos ao empresário, ao estabelecimento, ao nome empresarial e ao registro de empresas.

119. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, é **inadmissível o exercício da atividade empresarial sem a devida inscrição** da sociedade empresária na junta comercial.

**Comentários: ERRADO.** Apesar de o artigo 967, CC, determinar como obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início de sua atividade, a falta deste registro não torna impossível o exercício da atividade empresarial, mas obsta a proteção legal e autonomia patrimonial da sociedade. A consequência da falta deste registro específico é a responsabilidade pessoal e ilimitada dos sócios, a vedação de requerimento de recuperação judicial.

**Fundamentos: Artigo 967, CC:**

**Art. 967.** É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

# Empresário

- **Artigo 966 do Código Civil de 2002:**

- **“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (...).”**
- **O texto é curtinho, mas tem muita coisa aí dentro, vamos por partes!**



# Empresário

**“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce **profissionalmente** atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (...).”**

- **Não pode ser praticado em caráter eventual.**
- **O negócio tem que ser rotineiro.**

# Empresário

**“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente **atividade econômica** organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (...).”**

- **Por atividade econômica entende-se fazer dinheiro!**

# Empresário

**“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica **organizada** para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (...).”**

- **Trabalhar um negócio de maneira organizada pressupõe a utilização inteligente de bens e habilidades.**

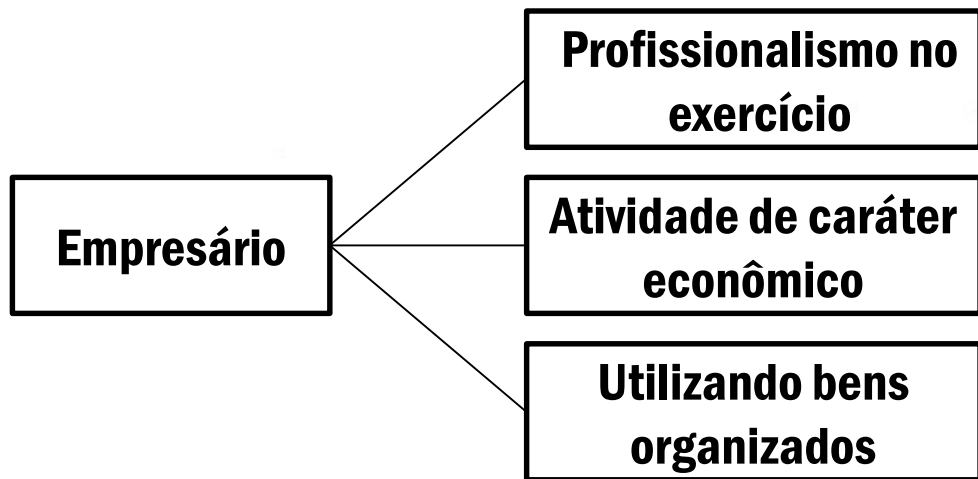
# Empresário

**“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a **produção ou a circulação de bens ou de serviços** (...).”**

- **Ok, então é uma atividade profissional, pela qual circula dinheiro e é organizada por uma concatenação de bens e/ou habilidades, para...**
- **... Produzir ou circular bens e serviços.**

# Empresário

Graficamente:



# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

## Enunciados do Conselho da Justiça Federal:

**Enunciado 198. Art. 967. A inscrição do empresário na Junta Comercial não é requisito para a sua caracterização, admitindo-se o exercício da empresa sem tal providência. O empresário irregular reúne os requisitos do art. 966, sujeitando-se às normas do Código Civil e da legislação comercial, salvo naquilo que forem incompatíveis com a sua condição ou diante de expressa disposição em contrário.**

**Enunciado 199. Art. 967. A inscrição do empresário ou da sociedade empresária é requisito delineador de sua regularidade, e não de sua caracterização.**

**Desta forma, depreende-se que a atividade, e não a inscrição, é constitutiva da qualidade jurídica de empresário. O contrário se dá com o empresário rural, cujo registro caracteriza sua atividade como empresária.**

**Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o [art. 968](#) e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.**

# Exceções ao regime empresarial

Só na regra fica fácil, **as exceções** são muito cobradas em prova.

Tais exceções compreendem aqueles que **exercem atividade econômica organizada**, mas, **por comando da Lei**, não gozam do regime legal empresarial.

**1 Profissionais liberais.**

**2 Sociedades cooperativas.**

**3 Sociedades de advogados.**

**4 Pessoas físicas e jurídicas que exploram atividade rural.**

# Exceções ao regime empresarial

## 1 Profissionais liberais

“Art. 966, parágrafo único. **Não se considera empresário** quem exerce profissão **intelectual**, de natureza **científica**, **literária** ou **artística**, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”.

- O texto não deixa dúvidas, **NÃO É EMPRESÁRIO**, quem
  - Exerça profissão intelectual científica, literária ou artística. Por exemplo:
    - Científica: Médico, Contador e Arquiteto
    - Literária: Autor, Escritor e Jornalista
    - Artística: Desenhista, Artista Plástico, Ator, Cantor e Dançarino



# Exceções ao regime empresarial

## 1 Profissionais liberais

**“Art. 966, parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”.**

- Isso significa que um sujeito que tenha qualquer destas profissões, **ainda que a exerça profissionalmente**, assumindo **caráter econômico** e se utilizando de um conjunto de **bens organizados**, **NÃO É UM EMPRESÁRIO!**
  - Porque a Lei diz que não é!!!

# Exceções ao regime empresarial

## 1 Profissionais liberais

“Art. 966, parágrafo único. **Não se considera empresário** quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, **salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa**”.

- Porém! Essa exceção pode virar regra, conforme o trecho destacado.
- Se as atividades provenientes destas profissões adquirir **elemento de empresa**, pode virar um empresário nos moldes da Lei.
  - O que é isso?

# Exceções ao regime empresarial

## 1 Profissionais liberais

“Art. 966, parágrafo único. **Não se considera empresário** quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, **salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa**”.

- Pressupõe-se que a atividade intelectual tem prestação personalíssima.
- Então, se essa prestação adquire um **caráter maior**, assumindo um contorno mais **complexo, próprio de atividade empresarial**, temos o elemento de empresa.
  - Por exemplo: O médico veterinário que também tem um “pet shop”.

# Exceções ao regime empresarial

## 2 Sociedades cooperativas

“Art. 982, parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a **sociedade** por ações; e, **simples**, a **cooperativa**”.

- Da mesma forma que as profissões intelectuais, as sociedades cooperativas podem preencher todos os requisitos da atividade de empresário, mas **a Lei não a considera como empresária**.
  - Já já veremos o que é uma sociedade simples, mas por hora, precisamos saber que é a sociedade que conjuga profissionais de atividades não empresárias (médicos, arquitetos, dentistas, artistas...). SIMPLES É A SOCIEDADE QUE NÃO É EMPRESÁRIA!

# Exceções ao regime empresarial

## 3 Sociedades de advogados

A Lei 8.906/94, o Estatuto da OAB, prevê que “Art. 15. Os advogados podem reunir-se em **sociedade civil**\* de prestação de serviço de advocacia (...)”.

- Tal sociedade de profissionais, assume caráter intelectual e, portanto, não adquire contornos de atividade empresarial.

*\*Denominação da Lei antiga, entende-se que equivale à sociedade simples do CC*

# Exceções ao regime empresarial

## 4 Pessoas físicas e jurídicas que exploram atividade rural

- Este caso tem uma sutileza interessante, de volta ao Código Civil:

“O **empresário**, cuja **atividade rural** constitua sua principal profissão, **pode**, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, **requerer** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, **ficará equiparado**, para todos os efeitos, **ao empresário sujeito a registro**”.

- De plano, ele não é empresário no sentido do art. 966, mas, pode **REQUERER** que seja equiparado a tal.

# PROVA PFN 2012/ESAF - Questão 63 a 67

63- Quanto ao empresário individual, assinale a opção INCORRETA.

D) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o empresário falido perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor **até a sentença que extingue suas obrigações.**

Comentários: INCORRETA. A alternativa misturou os comandos dos artigos 102 e 103 da lei 11.101/2005, estando, portanto, equivocada.

Art. 102. O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, respeitado o disposto no § 1o do art. 181 desta Lei.

Art. 103. Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor.

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Julgue os itens a seguir, relativos ao empresário, ao estabelecimento, ao nome empresarial e ao registro de empresas.

**120.** Suponha que a pessoa jurídica Alfa Alimentos Ltda. adquira o estabelecimento empresarial da Beta Indústria Alimentícia Ltda. Nessa situação, a adquirente responderá pelo pagamento de todos os débitos anteriores à transferência, **incluindo-se os trabalhistas e tributários**, desde que regularmente contabilizados.

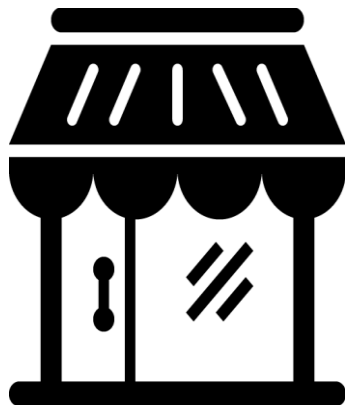
**Comentários:** ERRADO. A responsabilidade de débitos contabilizados é a regra no Código Civil (artigo 1.146), porém, para os débitos trabalhistas (art. 448, CLT) e tributários (art. 133, CTN), a responsabilidade independe de estarem os débitos contabilizados.

**Art. 1.146, CC.** O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

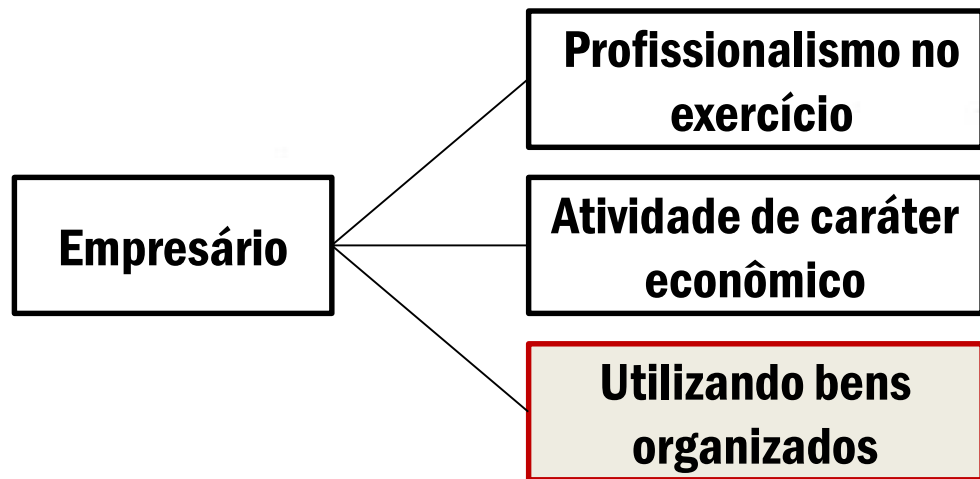


# Estabelecimento

Por empresa, **no dia a dia**, costumamos imaginar um espaço físico no qual há instrumentos, máquinas ou ferramentas e pessoas qualificadas para utilizarem destas coisas.



# Estabelecimento



# Estabelecimento

**Código Civil: “Art. 1.142. Considera-se **estabelecimento** todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”**

# Estabelecimento

**Relendo o 1.142 do Código Civil...**

**“Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para **exercício da empresa, por empresário**, ou por sociedade empresária”**

- **Podemos tirar outras conclusões:**
  - **Para ser empresário preciso daqueles 3 elementos**
  - **Se o exercício da empresa é o uso, pelo empresário, do estabelecimento empresarial, podemos pegar carona com o Prof. Waldirio Bulgarelli:**

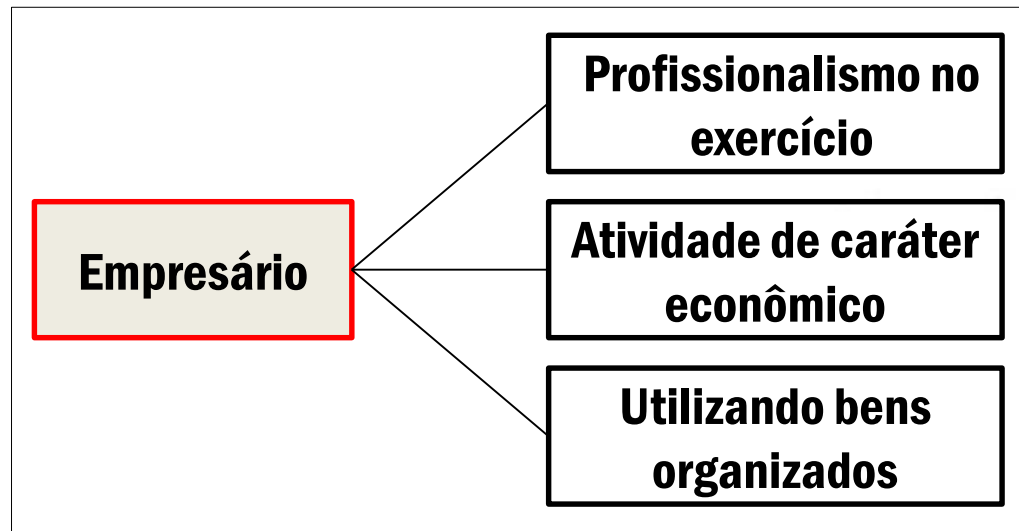
# **Empresa??**

**Combinando o 966 com o 1.142 do CC temos o conceito de empresa**

**“Atividade econômica organizada de produção e circulação de bens e serviços para o mercado, exercida pelo empresário, em caráter profissional, através de um complexo de bens.”**

**Vamos pensar nisso visualmente...**

# Empresa??

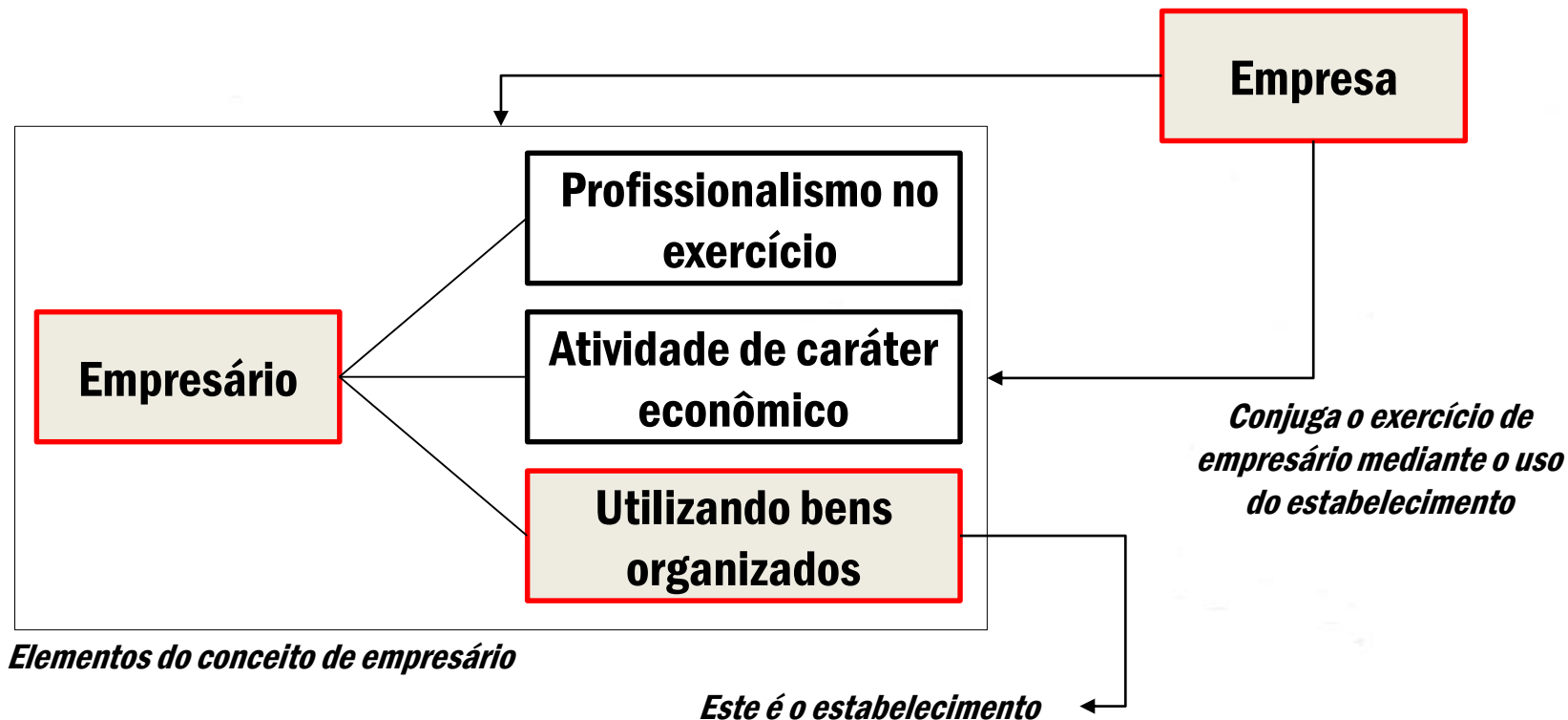


*Elementos do conceito de empresário*

# Empresa??



# Empresa??





# Empresa??

**“Uma coisa é uma coisa outra coisa é outra coisa”**

**Empresário**

**≠**

**Estabelecimento**

**≠**

**Empresa**

# **Negócios e operações envolvendo a empresa**

**Os negócios envolvendo a própria empresa podem assumir duas naturezas:**

- 1. A alienação da universalidade de bens que compõe a atividade empresária (estabelecimento)**
- 2. Operações societárias que envolvem as cotas ou ações da empresa**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Alienação do estabelecimento: Trespasse

- Vamos lembrar do 1.142 do CC: “Considera-se estabelecimento todo **complexo de bens organizado**, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”
- Agora vamos combiná-lo com o artigo 90 do CC: “Art. 90. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Parágrafo único. **Os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias.**”
- Também com o 1.143, CC: “Art. 1.143. **Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios** jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”.
- Ele pode ser objeto de negociação!

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Potenciais problemas jurídicos

- **Potencial problema: fraude contra os credores da empresa alienante**
  - “Art. 1.145. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a **eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expreso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.**”
    - O adquirente suporta grandes riscos, pois, se a formalidade não é cumprida, ele pode perder o estabelecimento para os credores
  - “Art. 1.146. **O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento** dos débitos anteriores à transferência, **desde que regularmente contabilizados**, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.”
    - Cumpridas as formalidades, a dívida não morre, mas ele a conhece!

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Sucessão trabalhista e tributária

- Não vale pra tudo...
  - Pelo art. 448 da CLT, **as mudanças na propriedade da empresa não afetam os contratos de trabalho**. O empregado pode demandar contra o alienante ou contra o adquirente do estabelecimento.
  - Pelo 133 do CTN, **ocorrerá sucessão tributária** se o **adquirente continuar explorando**, no local, **idêntica atividade econômica do alienante**. Se alterar o ramo de atividade do estabelecimento, não responde mais pelas dívidas fiscais do alienante.

Pode penhorar estabelecimento?

**Súmula 451 – STJ: É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Não concorrência

- Por fim,
  - “Art. 1.147. Não havendo autorização expressa, **o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente**, nos cinco anos subseqüentes à transferência.”
  - O “Não havendo autorização expressa” permite que a cláusula de não concorrência seja afastada pelas partes.

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Diferença quanto a alienação de participação societária

- Apesar de poder ter efeito econômico idêntico, **o trespasse não se confunde** com as **operações societárias** que envolvem transações da participação societária.
- Enquanto no primeiro o objeto da venda são os **bens corpóreos e incorpóreos**, no segundo são apenas as **participações societárias**.
- No primeiro, altera-se o **titular da atividade**, no segundo, **a sociedade empresária continua sendo a titular**.

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## 1 Transformação

**Não se extingue ou liquida, mantém a mesma PJ, mas com outro tipo societário**




- Depende de **aprovação unânime** dos sócios ou acionistas (se estatuto/contrato social não dispuser a respeito)
  - art. 221, primeira parte da Lei das S.A.
  - art. 1.114, primeira parte do Código Civil
- Sócio ou acionista dissidente tem direito de retirada
  - art. 221, parte final da Lei das S.A.
  - art. 1.114, parte final do Código Civil
- Jamais prejudica direitos dos credores
  - art. 222 da Lei das S.A.
  - art. 1.115 do Código Civil



# Negócios e operações envolvendo a empresa

## 1 Exemplos

- **Transformação (art. 220 da Lei das S.A. e art. 1.113 do Código Civil) – Exemplos:**

- **Sociedade Ltda.**                                            **Sociedade Anônima**
- **Associação Civil**                                            **Sociedade Ltda.**
- **Sociedade Anônima**                                            **Sociedade Ltda.**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Documentos

- **Instrumento de alteração de estatuto (S.A., Associações) ou contrato social (Sociedades Limitadas), prevendo:**
  - **Nova forma de organização**
  - **Distribuição do capital**
  - **Direitos e obrigações dos associados, sócios ou acionistas**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Fusão

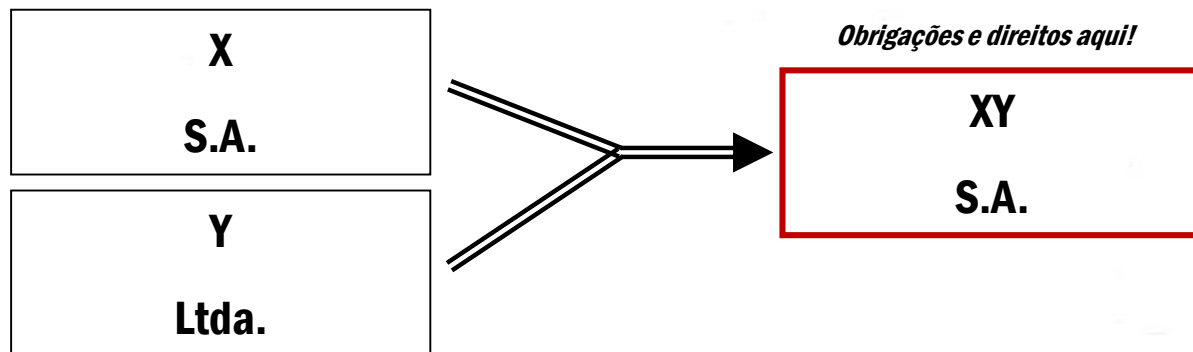
Ocorre quando duas ou mais sociedades **se fundem para formar uma NOVA** sociedade, que a ela **sucedará em direitos e obrigações**

- Art. 228 da Lei das S.A.:
  - “A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucedará em todos os direitos e obrigações.”
- Art. 1.119 do Código Civil:
  - “A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucedará nos direitos e obrigações.”

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Exemplo

- Fusão (art. 228 da Lei das S.A. e art. 1.119 do novo Código Civil) – Exemplo:



# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Documentos

- **Fusão – principais documentos necessários:**
- **Laudo de avaliação das contas do Ativo e do Passivo da(s) sociedade(s) fusionada(s) e da composição do Ativo e Passivo da sociedade resultante da fusão**
- **Protocolo de fusão, com justificativa da operação e aprovado por todas as sociedades envolvidas, com previsão da substituição de quotas/ações da(s) sociedade(s) fusionada(s) por quotas/ações da sociedade resultante da fusão**
- **Instrumento em que se aprove o novo estatuto (S.A., Associações) ou contrato social (Sociedades Limitadas) da sociedade resultante da fusão, além da previsão de encerramento da(s) sociedade(s) fusionadas(s)**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Incorporação

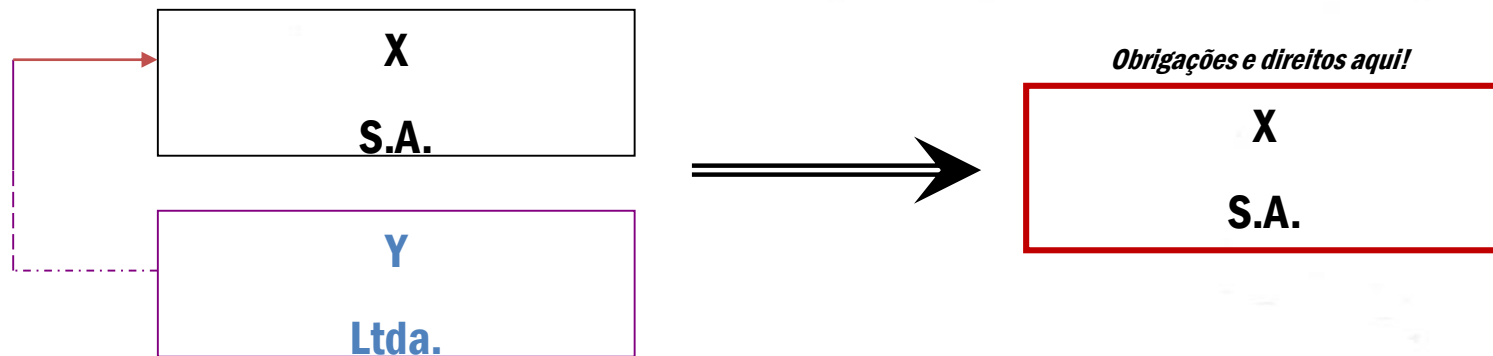
**Uma ou mais sociedades desaparecem para integrar uma sociedade que já existente, vale dizer, uma sociedade (incorporada) é absorvida pela outra (incorporadora)**

- Art. 227 da Lei das S.A.:
  - “A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, **que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.**”
- Art. 1.116 do Código Civil:
  - “Na incorporação, uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que **lhes sucede em todos os direitos e obrigações**, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.”

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Incorporação

- Incorporação (art. 227 da Lei das S.A. e art. 1.116 do novo Código Civil) – Exemplo:



# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Documentos

- **Incorporação – principais documentos necessários:**
- **Laudo de avaliação das contas do Ativo e do Passivo da(s) sociedade(s) incorporada(s) e de sua incorporação ao Ativo e Passivo da sociedade incorporadora**
- **Protocolo de incorporação, com justificativa da operação e aprovado por todas as sociedades envolvidas, com previsão da substituição de quotas/ações da(s) sociedade(s) incorporada(s) por quotas/ações da sociedade incorporadora**
- **Instrumento de alteração de estatuto (S.A., Associações) ou contrato social (Sociedades Limitadas) da sociedade incorporadora, com previsão de encerramento da(s) sociedade(s) incorporada(s)**



# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão

Operação pela qual a sociedade **transfere parcelas do seu patrimônio** para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, **podendo ocorrer ou não a sua extinção**. Se for **total, a sociedade desaparece** formando duas ou mais sociedades. Se for **parcial, a sociedade continua existindo**, mas, parte dela ou se incorpora à outra sociedade que já existe ou forma uma nova sociedade

- **Art. 229 da Lei das S.A.:**
  - “A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.”

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão

Operação pela qual a sociedade **transfere parcelas do seu patrimônio** para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, **podendo ocorrer ou não a sua extinção**. Se for **total, a sociedade desaparece** formando duas ou mais sociedades. Se for **parcial, a sociedade continua existindo**, mas, parte dela ou se incorpora à outra sociedade que já existe ou forma uma nova sociedade

- **Código Civil:**
  - **não contém disposição específica a respeito, sendo possível depreender que, para as demais sociedades nele contempladas, a Lei das S.A. poderia ser subsidiariamente aplicável**

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão

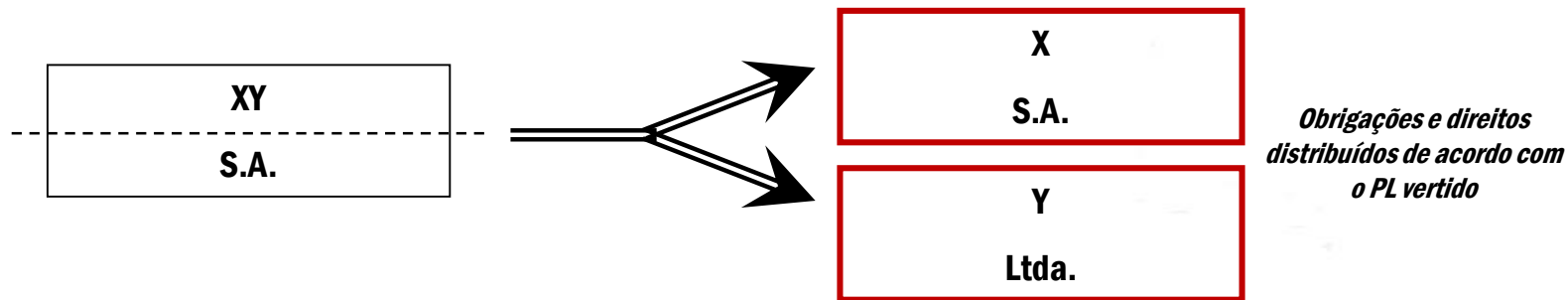
O que nos interessa é seguir o trilha das obrigações, nas outras operações é simples, na transformação não muda nada, na fusão vai pra empresa nova, na incorporação vai pra incorporadora, vamos ver pelos diferentes tipos de cisão!

- Art. 229 da Lei das S.A.:
  - “§ 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 233, **a sociedade que absorver** parcela do patrimônio da companhia cindida **sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão**; no caso de **cisão com extinção**, as **sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida sucederão** a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.”

# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão total

- Cisão (art. 229 da Lei das S.A.) – Exemplo (**total**):
  - Art. 229 da Lei das S.A.: “§ 1º (...) no caso de **cisão com extinção**, as **sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida** sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.”

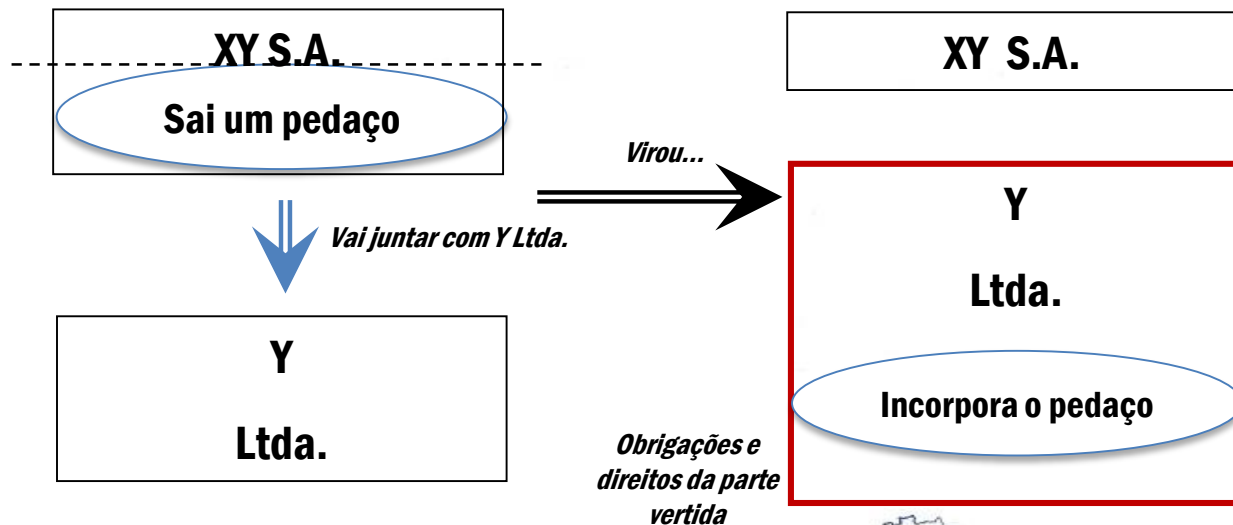


# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão parcial com destinação para empresa pré-existente

- Cisão (art. 229 da Lei das S.A.) – Exemplo (parcial com destinação a empresa pré-existente):

• “Art. 229 da Lei das S.A.: §  
1º Sem prejuízo do disposto  
no artigo 233, **a sociedade  
que absorver** parcela do  
patrimônio da companhia  
cindida **sucede a esta nos  
direitos e obrigações  
relacionados no ato da  
cisão**”

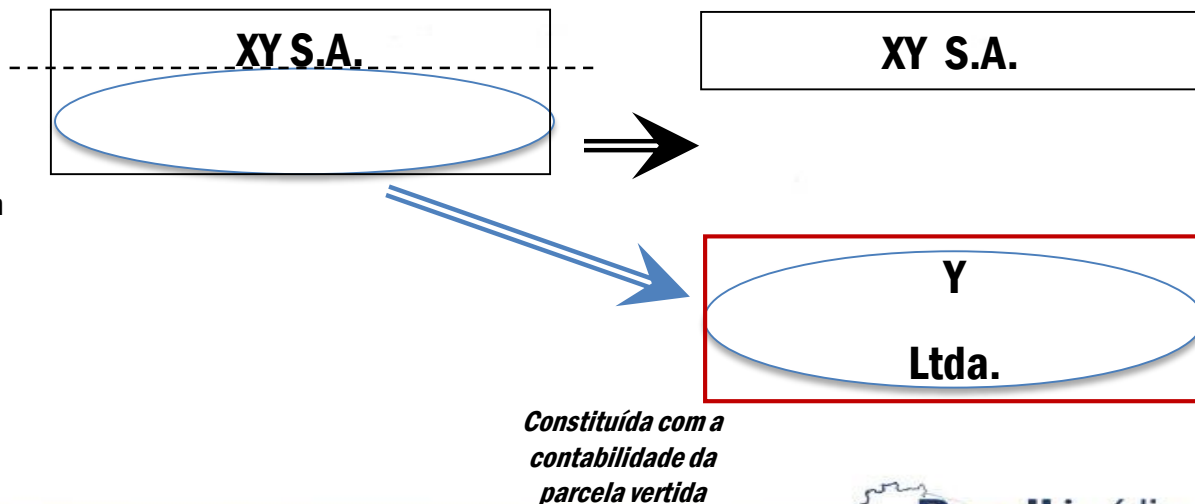


# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Cisão parcial com destinação em nova empresa

- Cisão (art. 229 da Lei das S.A.) – Exemplo (parcial com constituição de nova empresa):

• “Art. 229 da Lei das S.A.: Na cisão com versão de parcela do patrimônio em sociedade nova, a operação será deliberada pela assembléia-geral da companhia à vista de justificção que incluirá as informações de que tratam os números do artigo 224; a assembléia, se a aprovar, nomeará os peritos que avaliarão a parcela do patrimônio a ser transferida, e funcionará como assembléia de constituição da nova companhia.”



# Negócios e operações envolvendo a empresa

## Documentos

- **Cisão – principais documentos necessários:**
- **Laudo de avaliação das contas de Ativo e Passivo que compõem a parcela cindida da sociedade de origem e da composição do Ativo e Passivo da sociedade resultante da cisão ou, conforme o caso, que receber a parcela cindida**
- **Protocolo de cisão, contendo justificativa da operação e aprovado por todas as sociedades envolvidas previamente existentes, com previsão da substituição de quotas/ações da sociedade cindida por quotas/ações da(s) sociedade(s) resultante(s) da cisão ou que receber(em) a(s) parcela(s) cindida(s)**
- **Instrumento de alteração do estatuto (S.A., Associações) ou contrato social (Sociedades Limitadas) da sociedade cindida e daquela(s) que receber(em) a(s) parcela(s) cindida(s) ou, conforme o caso, novo estatuto (S.A., Associações) ou contrato social (Sociedades Limitadas) da(s) sociedade(s) criada(s) como consequência da cisão**

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Julgue os itens a seguir, relativos ao empresário, ao estabelecimento, ao nome empresarial e ao registro de empresas.

**121.** Considere que a ABC Serviços Gerais Ltda., após ter outorgado procuração ao seu advogado para a propositura de ação de reparação de danos, tenha alterado o nome empresarial e que, no curso do processo, tenha sido necessária a interposição de recurso de agravo de instrumento contra determinada decisão interlocutória. Nessa situação, dada a modificação na denominação social da pessoa jurídica, será necessária a apresentação da procuração da empresa com a nova denominação social, sob pena de o recurso não ser conhecido.

**Comentários:** a questão **foi anulada** pela banca, uma vez que a jurisprudência do STJ apresenta precedentes em ambos os sentidos, embora pareça prevalecer o sentido do enunciado.

**PROCURAÇÃO. ALTERAÇÃO. DENOMINAÇÃO SOCIAL.** A Turma entendeu que, para a modificação na denominação social da empresa, faz-se necessária a apresentação de nova procuração da empresa já com a mudança na denominação social, sob pena de não-conhecimento do recurso. Precedentes citados: EDcl no REsp 551.384-SC, DJ 10/10/2005; Ag 504.946-RJ, DJ 13/6/2003, e Ag 453.797-MG, DJ 2/10/2002. AgRg no Ag 1.023.724-RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 18/11/2008.

**\* O TST teve decisão unânime em novembro de 2014 pela necessidade de renovação da procuração. Processo: RR-144000-70.2005.5.15.0036**



# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

No que diz respeito aos livros empresariais e aos contratos empresariais, julgue os itens seguintes.

**122.** Na modalidade **operacional** do arrendamento mercantil, as contraprestações e os demais pagamentos previstos no contrato e devidos pela arrendatária são normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha retorno sobre os recursos investidos.

**Comentários:** ERRADO. A questão procura confundir o candidato sobre as duas modalidades de leasing: o operacional e o financeiro.

No leasing operacional, o bem arrendado é da própria arrendadora, que o aluga ao arrendatário.

No leasing financeiro, a arrendadora não possui o bem, devendo adquiri-lo de uma instituição intermediária para, então, alugar ao arrendatário. Aqui o preço do aluguel é mais alto, para que a arrendadora recupere o custo do bem. É desta modalidade que a alternativa trata.

...Diferente da alienação fiduciária

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

No que diz respeito aos livros empresariais e aos contratos empresariais, julgue os itens seguintes.

**123.** No curso do processo judicial, a eficácia probatória dos livros empresariais contra a sociedade empresária opera-se independentemente de eles estarem corretamente escriturados.

**Comentários:** CERTO. O Código de Processo Civil, em seu artigo 378, determina que os livros comerciais tem eficácia probatória contra seu autor independente de sua correta escrituração, cabendo o ônus da prova da falsidade das informações ao autor. Já a prova a favor do autor é possível quando os livros preenchem os requisitos legais (art. 379).

**Art. 378.** Os livros comerciais provam contra o seu autor. É lícito ao comerciante, todavia, demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos.

**Art. 379.** Os livros comerciais, que preencham os requisitos exigidos por lei, provam também a favor do seu autor no litígio entre comerciantes.

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Com relação à responsabilidade dos sócios e administradores, julgue o item seguinte.

**124. O administrador de sociedade empresária não responde pessoalmente pelas obrigações que contrair em nome da sociedade por atos regulares de gestão, estando, contudo, obrigado pessoalmente e solidariamente a reparar o dano, por ato ilícito se, no âmbito de suas atribuições e poderes, agir de forma culposa.**

**Comentários: CERTO. É o que se depreende da análise do artigo 1.016, CC:**

**Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.**

**...Por que uma empresa?**

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

No que se refere aos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes.

**125. Considere que Ana emita letra de câmbio cuja ordem seja destinada a Bento e cujo beneficiário seja Caio. Nessa situação hipotética, se Bento aceitar parcialmente a letra de câmbio, ocorrerá o vencimento antecipado do título, sendo admissível, então, a Caio cobrar a totalidade do crédito da sacadora.**

**Comentários: CERTO. O aceite é o reconhecimento do débito que consta na letra de câmbio. Para a maioria da doutrina, o aceite parcial significa que o sacado não se obriga totalmente pelo débito, o que justifica o seu vencimento antecipado. É o que se depreende da análise do artigo 43 da Lei Uniforme de Genebra:**

**Art. 43 - O portador de uma letra pode exercer os seus direitos de ação contra os endossantes, sacador e outros co-obrigados:**

**No vencimento: Se o pagamento não foi efetuado.**

**Mesmo antes do vencimento:**

**1 - Se houve recusa total ou parcial de aceite;**

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

No que se refere aos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes.

**126.** O título que for emitido em favor de pessoa cujo nome conste no registro do emitente e que for transferido mediante termo assinado pelo proprietário e pelo adquirente constituirá **título à ordem**.

**Comentários:** ERRADO. Segundo o artigo 921 e 922 do Código Civil, é **título NOMINATIVO** o que tem as características da alternativa, e não título à ordem.

**Art. 921.** É título nominativo o emitido em favor de pessoa cujo nome conste no registro do emitente.

**Art. 922.** Transfere-se o título nominativo mediante termo, em registro do emitente, assinado pelo proprietário e pelo adquirente.

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

No que se refere aos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes.

**127. O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas pela sociedade anônima.**

**Comentários: CERTO. Literalidade do artigo 15, § 2o da lei 6.404/76.**

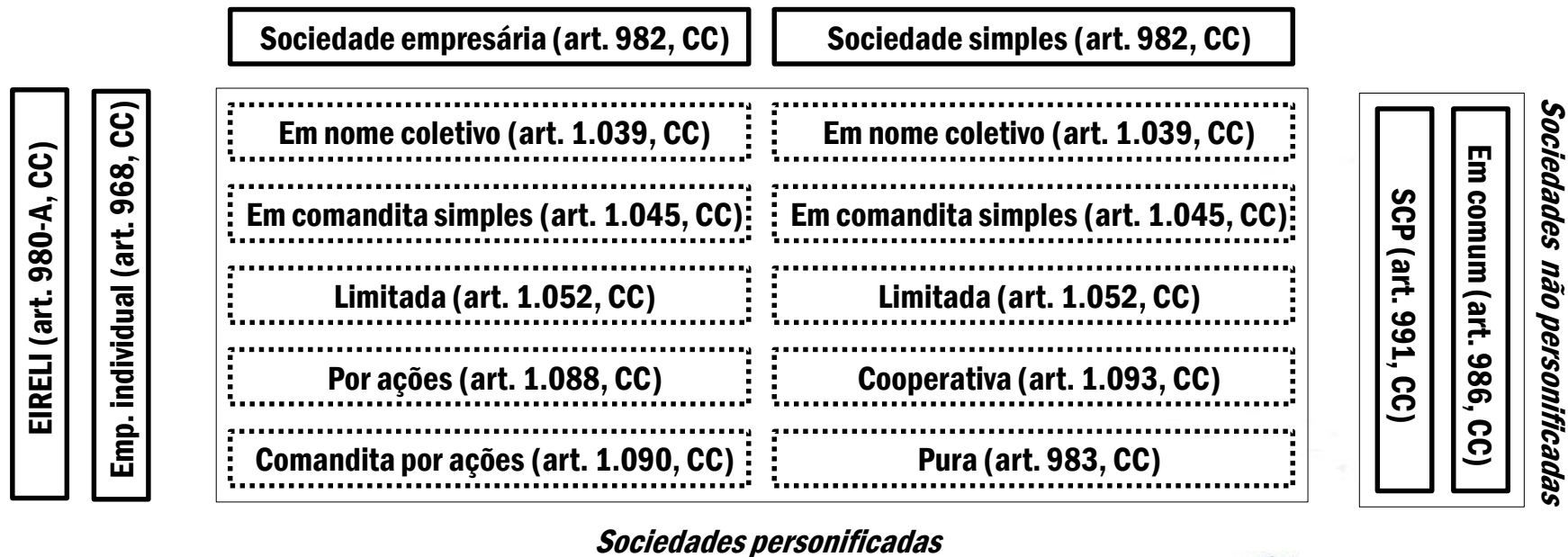
**Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.**

**§ 2o O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.**

**\* Esta questão já caiu mais de uma vez em provas do CESPE!**

# Tipos societários

Mapa:



# Simples x Empresária

<b>Simples</b>	<b>Empresárias</b>
<b>vínculo pessoal (caráter <i>intuitu personae</i>)</b>	<b>vínculo pessoal e material</b>
<b>estrutura de atuação simplificada</b>	<b>estrutura de atuação mais complexa (v.g., ampla)</b>
<b>mão-de-obra pessoal dos sócios (intelecto como centro da atividade)</b>	<b>mão-de-obra de terceiros (colaboradores; replicação/circulação em massa de bens e serviços)</b>
<b>atividade mais intelectual (“tailor made”)</b>	<b>atividade mais “comercial” (produção em escala, venda etc.)</b>
<b>normalmente, dedicada a serviços ou exploração de direitos intelectuais</b>	<b>produção/circulação de serviços ou bens (comércio)</b>
<b>registro em Cartório de Registro Civil</b>	<b>registro em Junta Comercial</b>
<b>unanimidade para alterações relevantes (p.ex.: ingresso de novo sócio)</b>	<b>mais comum quorum majoritário/qualificado para alterações relevantes</b>



# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

**128. É lícita a aplicação subsidiária da disciplina normativa da sociedade **anônima** à sociedade em conta de participação, cuja liquidação é regida pelas normas relacionadas à prestação de contas, de acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil.**

**Comentários: ERRADO. A aplicação subsidiária à sociedade em conta de participação é a SIMPLES, e não a anônima, segundo o artigo 996, CC. O resto do dispositivo está correto.**

**Art. 996. Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade simples, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.**

# Tipos “menos queridos”

## Características gerais

Tipo	Pode ser sócio	Responsabilidade	Administração	Regra geral
Nome coletivo	PF* (1.039)	Solidária e ilimitada (1.039)	Exclusiva dos sócios (1.042)	Simplex (1.040)
Comandita simples	PF - Comanditados (1.045)	Solidária e ilimitada (1.045)	Exclusiva do comanditado (1.046 e 1.047 c/c 1.042)	Simplex (1.046 c/c 1.040)
	Qualquer um - Comanditários (1.045)	Valor das quotas (1.045)		
Cooperativa	Qualquer um	Limitada se responder pelos prejuízos (1.093, § 1º); ilimitada senão (1.093, § 2º)	Concurso de sócios (1.094, II)	Simplex (1.096)
Simplex pura	Qualquer um que exerça atividade não empresária (982)	Ilimitada	Sócios e não sócios (1.019, p. único)	Simplex (983)

\*PF - Pessoa física

# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Julgue os próximos itens, relativos às normas de falência e de recuperação de empresas.

**129.** No curso do processo falimentar, é cabível ação revocatória a ser proposta pelo administrador judicial, pelo sócio cotista, por terceiro interessado ou pelo MP, no prazo de **cinco anos**, contado da decretação da falência, conforme expressa disposição legal.

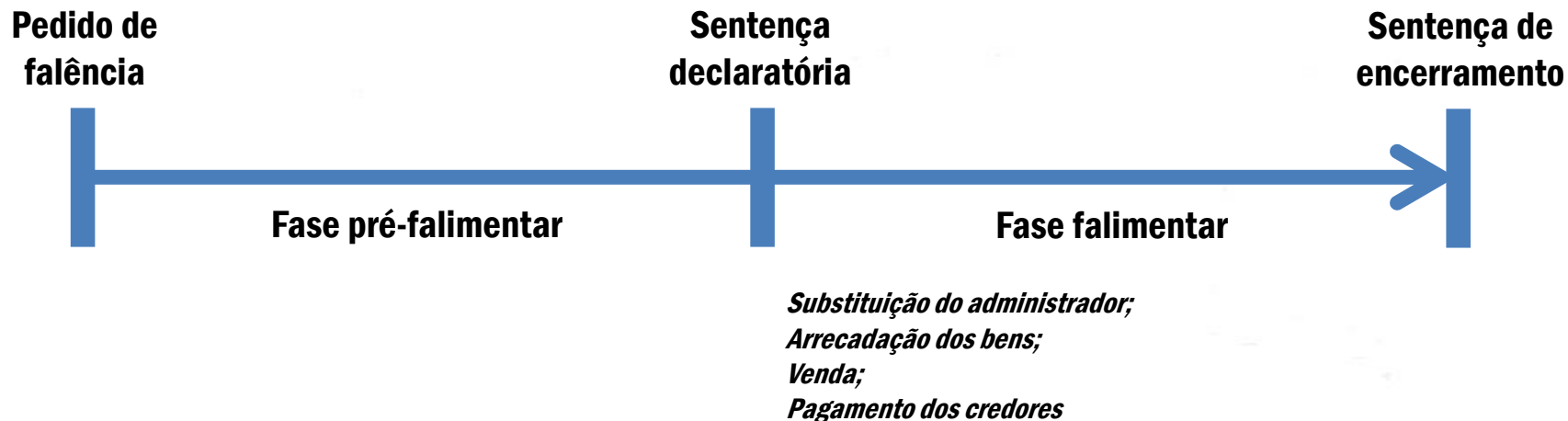
**Comentários:** ERRADO. O prazo é de TRÊS anos, conforme o artigo 132 da lei 11.101/05.

**Art. 132.** A ação revocatória, de que trata o art. 130 desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.

**\* Esta é outra questão que está no “banco de questões” do CESPE, e já caiu em mais de uma prova.**

# Fases do processo de falência

## Fases da falência a partir da sentença



# PROVA AGU 2012 / CESPE (119 a 130)

Julgue os próximos itens, relativos às normas de falência e de recuperação de empresas.

**130. De acordo com a legislação de regência, o deferimento do processamento da recuperação judicial de sociedade empresária suspende o curso de todas as ações e execuções que tramitem contra o devedor; contudo, em hipótese nenhuma, a suspensão pode exceder o prazo improrrogável de cento e oitenta dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial**

**Comentários: CERTO. Apesar de estranho, o trecho traz a letra do artigo 6º caput e parágrafo 4º da lei 11.101/05:**

**Art. 6º, A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.[...]§ 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial”,**

# Recuperação judicial



# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Acerca da disciplina jurídica do estabelecimento empresarial, julgue o seguinte item

**131. O estabelecimento empresarial, definido como todo complexo de bens materiais ou imateriais organizado por empresário ou por sociedade empresária, para o exercício da empresa, classifica-se como uma **universalidade de direito**.**

**Comentários: ERRADO. O estabelecimento empresarial é, para a maioria da doutrina, uma universalidade de FATO, uma vez que é um complexo de bens destinado a uma finalidade, conforme determinado pela vontade de uma pessoa natural ou jurídica. Já a universalidade de direito assim se torna por força de lei, como a herança e a massa falida.**

**Artigo 90, CC: Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.**

**Já o conceito de estabelecimento está correto, em conformidade com o artigo 1.142, CC:**

**Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Com relação ao nome empresarial, julgue os itens que se seguem.

**132.** Considere que Lena seja sócia comanditada de certa sociedade em comandita simples, e João, sócio comanditário. Nessa hipótese, a razão social deve ser composta apenas com o nome de Lena, que possui responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

**Comentários:** CERTO. Na sociedade em comandita simples há o sócio comanditado, que tem responsabilidade solidária e ilimitada, e o comanditário, com responsabilidade limitada ao valor de sua cota, conforme o artigo 1.045, CC:

**Art. 1.045.** Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

No nome somente devem constar os sócios de responsabilidade ilimitada (comanditados), segundo o art. 1.157, CC:

**Art. 1.157.** A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.

\* A questão trouxe o vocábulo “razão social”, que está desatualizado, sinônimo de “firma”.



# Tipos “menos queridos”

## Características gerais

Tipo	Pode ser sócio	Responsabilidade	Administração	Regra geral
Nome coletivo	PF* (1.039)	Solidária e ilimitada (1.039)	Exclusiva dos sócios (1.042)	Simplex (1.040)
Comandita simples	PF - Comanditados (1.045)	Solidária e ilimitada (1.045)	Exclusiva do comanditado (1.046 e 1.047 c/c 1.042)	Simplex (1.046 c/c 1.040)
	Qualquer um - Comanditários (1.045)	Valor das quotas (1.045)		
Cooperativa	Qualquer um	Limitada se responder pelos prejuízos (1.093, § 1º); ilimitada senão (1.093, § 2º)	Concurso de sócios (1.094, II)	Simplex (1.096)
Simplex pura	Qualquer um que exerça atividade não empresária (982)	Ilimitada	Sócios e não sócios (1.019, p. único)	Simplex (983)

\*PF - Pessoa física

# **PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)**

**Com relação ao nome empresarial, julgue os itens que se seguem.**

**133. Segundo a doutrina majoritária nacional, o direito ao nome empresarial é um direito personalíssimo.**

**Comentários: CERTO. Este é, de fato, o entendimento majoritário nacional, baseado na doutrina de Pontes de Miranda, e reforçado pela afirmação do art. 1.164 do CC, que indica ser o nome empresarial inalienável:**

**Art. 1.164. O nome empresarial não pode ser objeto de alienação.**

**\* A doutrina moderna também apresenta a diferença entre nome empresarial, direito personalíssimo da empresa, da marca, que é direito imaterial protegido pela regência legal da propriedade industrial.**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Julgue os próximos itens, que dizem respeito ao registro de empresas.

134. A lei determina que o **arquivamento** dos instrumentos de escrituração das sociedades empresárias seja feito na junta comercial competente

**Comentários: ERRADO.** A junta comercial tem a competência para realizar a MATRÍCULA, a AUTENTICAÇÃO e o ARQUIVAMENTO de documentos, conforme indica o artigo 32 da lei 8934/94 (que dispõe sobre o registro público de Empresas Mercantis). Os instrumentos de escrituração das empresas são AUTENTICADOS pela junta comercial, e não arquivados, como indica a alternativa.

**Art. 32. O registro compreende:**

**III - a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

**Julgue os próximos itens, que dizem respeito ao registro de empresas.**

**135. Considere que o instrumento de dissolução de certa sociedade empresária tenha sido assinado no dia 19 de dezembro de 2008 e apresentado à junta comercial competente, para arquivamento, no dia 2 de janeiro de 2009. Nesse caso, os efeitos do arquivamento retroagirão à data da assinatura do instrumento.**

**Comentários: CERTO. Quando o instrumento de dissolução da sociedade for registrado dentro de um prazo de 30 dias da sua lavratura, ele terá eficácia desde este momento. Ultrapassado o prazo, porém, o efeito se dá a partir do registro. Art. 1.151, § 1º E 2º, CC (também constantes do artigo 36 da lei 8.934/94):**

**Art. 1.151. O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida no artigo antecedente será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, pelo sócio ou qualquer interessado.**

**§ 1º Os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de trinta dias, contado da lavratura dos atos respectivos.**

**§ 2º Requerido além do prazo previsto neste artigo, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

A respeito dos contratos de empresas, julgue os itens seguintes.

**136. O contrato de conta-corrente classifica-se como atípico, puro, aleatório, de execução futura e, por natureza, intuitu personae.**

**Comentários: CERTO. É preciso diferenciar o contrato de conta corrente comum (entre empresas ou pessoas, que anotam as remessas efetuadas entre si e verificam posteriormente os saldos) com o contrato de conta corrente bancária (depósito bancário). Trata-se aqui da primeira hipótese, uma vez que não houve menção à característica bancária. Este contrato é atípico, pois não regulado em lei, puro, pois não configura mistura de outros contratos típicos, aleatório, uma vez que o saldo final não pode ser definido no momento da celebração do contrato, de execução futura, uma vez que celebrado em um momento e executado em outro, e intuitu personae, uma vez que as partes contratantes não podem ser alteradas.**

**A definição consta no livro do César Fiuza, disponível em:**

**<https://books.google.com.br/books?id=rTXGZ3iRPscC&pg=PA664&lpg=PA664&dq=contrato+de+empresa+conta+corrente+%C3%A9+puro&source=bl&ots=AWzYBkUKWR&sig=WJKiOLwwIBmSOKcJQvTD4AsL-ZM&hl=pt-BR&sa=X&ei=PF1IUeuBNZfl4APF7oCgAg#v=onepage&q=contrato%20de%20empresa%20conta%20corrente%20%C3%A9%20puro&f=false>**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

A respeito dos contratos de empresas, julgue os itens seguintes.

137. Caracteriza-se **leasing operacional** quando uma sociedade empresária aliena um bem de sua propriedade à companhia de leasing, que o arrenda à mesma pessoa jurídica que o vendeu.

**Comentários: ERRADO.** O leasing operacional é aquele em que o próprio fornecedor do bem, ou seja, seu proprietário, realiza o arrendamento. É muito utilizado no caso de máquinas fotocopadoras: a fornecedora, dona da máquina, é também a arrendadora.

A modalidade de leasing descrita na alternativa é a do *lease back* ou leasing de retorno, na qual uma empresa aliena um bem de sua propriedade a uma outra pessoa jurídica, e esta, por sua vez, arrenda o bem de volta à antiga empresa proprietária. Comum quando a empresa arrendatária precisa de dinheiro em caixa.

**\* As modalidades de leasing caíram em duas provas seguidas da AGU! É importante memorizá-las!**

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Acerca dos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

**138.** Para a validade do endosso dado no **anverso** do título de crédito, é suficiente a assinatura do endossante, imediatamente após a qual ocorre a transferência do referido título.

**Comentários: ERRADO.** Para que seja suficiente a mera assinatura do endossante, o endosso deve ser feito no **VERSO** do título de crédito (art. 910, CC). Quando feito no anverso do título, deve haver a indicação de que trata-se de endosso, uma vez que a mera assinatura do anverso configura-se aval (art. 898, CC)

**Art. 898.** O aval deve ser dado no verso ou no anverso do próprio título.

**§ 1º** Para a validade do aval, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do avalista.

**Art. 910.** O endosso deve ser lançado pelo endossante no verso ou anverso do próprio título.

**§ 1º** Pode o endossante designar o endossatário, e para validade do endosso, dado no verso do título, é suficiente a simples assinatura do endossante.

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Julgue os itens seguintes, que se referem à sociedade empresária.

**139. É lícito que um menor incapaz seja acionista de sociedade anônima, desde que suas ações estejam totalmente integralizadas e ele não exerça cargo de administração na referida sociedade.**

**Comentários: CERTO. É o que diz o artigo 974, PARÁGRAFO 3º, CC:**

**Art. 974. § 3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos:**

**I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade; ([Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011](#))**

**II – o capital social deve ser totalmente integralizado; ([Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011](#))**

**III – o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes legais. ([Incluído pela Lei nº 12.399, de 2011](#))**

**\* A lei foi alterada DEPOIS da prova, porém a jurisprudência pátria já pedia tais critérios, o que torna a alternativa certa**



# Capacidade para ser empresário

Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

## Incapaz menor de idade

- Essa possibilidade decorre da ausência ou falecimento dos pais.
- A lei garante que ele pode **CONTINUAR** o negócio, representado ou assistido.
- O § 1º do 974 prevê a necessidade de autorização judicial para tanto.

# Capacidade para ser empresário

**Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.**

## Incapaz menor de idade

- Outra situação diferente é a de **COMEÇAR** um novo negócio, se o menor (16-18) for emancipado ele pode se enquadrar perfeitamente nos requisitos do 966, lembrando que, essa emancipação **não depende de provimento judicial**.
  - Enunciado 197 do CJF – Arts. 966, 967 e 972: A pessoa natural, maior de 16 e menor de 18 anos, é reputada empresário regular se satisfizer os requisitos dos arts. 966 e 967.
  - Enunciado 221 do CJF – Art. 1.028: Diante da possibilidade de o contrato social permitir o ingresso na sociedade do sucessor de sócio falecido, ou de os sócios acordarem com os herdeiros a substituição de sócio falecido, sem liquidação da quota em ambos os casos, é lícita a participação de menor em sociedade limitada, estando o capital integralizado, em virtude da inexistência de vedação no Código Civil.

# PROVA AGU 2009/CESPE (131 a 140)

Julgue os itens seguintes, que se referem à sociedade empresária.

140. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica é **sempre aplicável** aos casos em que os sócios ou administradores **extrapolam seus poderes**, violando a lei ou o contrato social, e a norma jurídica lhes impõe a responsabilidade por tais atos.

**Comentários: ERRADO.** A desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, e, nos termos do artigo 50, CC, deve ser aplicada apenas quando há abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Não basta que o sócio ou administrador extrapole os poderes que lhe cabem. Nesta questão, a banca determinou seu entendimento sobre o tema, discutido na doutrina.

**Art. 50.** Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

No Brasil, o Código Comercial de 1850, cuja primeira parte foi revogada com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, sofreu forte influência da teoria dos atos de comércio. O Código Civil vigente, ao contrário, teve influência do direito italiano, incorporando a teoria da empresa. O direito brasileiro já incorporara – nas lições da doutrina, na jurisprudência e em leis esparsas como o Código de Defesa do Consumidor, de 1990, a Lei de Locação Predial Urbana, de 1991, e a Lei do Registro de Empresas, de 1994 – a teoria da empresa, mesmo antes da entrada em vigor do Código Civil de 2002. Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

**167. O nome empresarial é aquele com que o empresário individual e a sociedade empresária se apresentam nas relações contratuais, econômicas etc. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, ou seja, pela firma individual, não lhe sendo permitido o uso de denominação social.**

**Comentários: CERTO. O enunciado está de acordo com o artigo 1.155 e 1.156, CC:**

**Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.**

**Art. 1.156. O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.**

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

## De onde veio o direito comercial?

- Relaciona-se à ascensão da classe burguesa na Europa, que percebeu a **necessidade de um conjunto de normas para disciplinar a sua atividade profissional.**
- Era eminentemente **subjetivista e corporativista**, o comerciante precisava se **filiar a uma corporação de ofício para desfrutar do regime jurídico.**
- Tudo que pressupõe privilégios e arbitrariedade, dá problema! “Por que o vizinho pode/consegue e eu não?”

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

**Pra onde foi o direito comercial?**

- Afastando **o aspecto subjetivo** da figura do comerciante matriculado na corporação vem o Código de Comércio Napoleônico de 1807.
- Sua evolução foi a de não exigir qualquer filiação corporativista do sujeito, mas apenas a prática habitual de **atos do comércio**.
- Estes **atos eram uma lista exaustiva de práticas** consideradas próprias de um comerciante.

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

**Legal, avançou! Mas e este rol fechado de atos do comércio? Deu problema...**

- **Se o mundo dos negócios é conhecido pelo seu **dinamismo**, os atos do comércio, rapidamente, **se mostraram limitados** para definir a atividade própria de um comerciante.**
- **Mais uma vez, voltamos a grama verde do vizinho, “por que ele pode desfrutar do regime jurídico de direito comercial e eu, que também sou um empreendedor dos negócios, não posso?”**

**(p. ex.: a atividade imobiliária, de prestação de serviços ou agrícola não eram próprias do comerciante)**

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

Então onde terminou o direito empresarial? Na **teoria do direito de empresa!**

- Em **consonância** com o **desenvolvimento dinâmico** das atividades econômicas, abandona a empreitada de segregar numa lista o que é a atividade sujeita ao regime do direito comercial.
- Qualquer **atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços** passa a ser sujeita ao regime próprio.
- Tal novidade aparece no Código Civil italiano de 1942, portanto, os autores se referem à ele como **teoria italiana**, um autor expoente da teoria deve lembrado, Alberto Asquini.



# Fundamento teórico do Direito Empresarial

**Em mais detalhes, o que tem essa teoria? Fenômeno poliédrico, 4 facetas pelas quais a empresa pode ser descrita:**

- 1. Perfil objetivo: empresa é um estabelecimento ou patrimônio aziendal, um conjunto de bens corpóreos e incorpóreos reunidos pelo empresário, para o desenvolvimento de uma atividade econômica.**
- 2. Perfil subjetivo: empresa é o empresário, sujeito que organiza e desenvolve atividade econômica.**

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

Em mais detalhes, o que tem essa teoria? Fenômeno poliédrico, 4 facetas pelas quais a empresa pode ser descrita:

3. **Perfil Corporativo:** ela é considerada uma instituição, na medida em que reúne pessoas – empresários e seus empregados – com propósitos comuns.
4. **Perfil funcional:** uma atividade econômica organizada, para a produção e circulação de bens ou serviços, que se faz por meio de um estabelecimento e por vontade do empresário.

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

E a gente com isso?!

- No que importa e sem muitos detalhes, o Brasil teve um Código Comercial datado de 1850, este empregava a teoria dos atos do comércio.
- Esse regime jurídico durou até a promulgação do Novo **Código Civil de 2002**, que unificando as matérias de direito privado, **revoga o Código Comercial**, trazendo um capítulo exclusivo ao Direito de Empresa, baseado em uma única faceta da teoria italiana, o **perfil funcional**.
- Portanto, no atual direito brasileiro, **tecnicamente** é mais adequado falarmos em **Direito Empresarial** e não mais Comercial.

# Fundamento teórico do Direito Empresarial

Se eu não sou estudioso da matéria, por que tenho saber disso?

- É...
- Cai nas provas!
- Além do que, **o extrato dessa teoria** que é trabalhar com a noção de “atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços” **guia toda a lógica do direito societário.**

# **Desdobramentos conceituais da teoria**

**No que a teoria italiana importa para o texto legal?**

- **Ela é coroada no artigo 966 do Código Civil de 2002:**
  - **“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (...).”**

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

**168. O registro público de empresas mercantis e atividades afins, personalizado nas juntas comerciais, é um banco de informações de empresas e empresários à disposição de qualquer pessoa que a elas queira ter acesso, mediante solicitação de certidões e consulta aos assentamentos, sem necessidade de provar interesse.**

**Comentários: CERTO. Os assentamentos existentes nas juntas comerciais são públicos e podem ser acessados por qualquer pessoa, mesmo que não demonstre interesse, de acordo com o artigo 29 da lei 8934/94 (dispõe sobre o registro público das empresas mercantis):**

**Art. 29. Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões, mediante pagamento do preço devido.**

**\* Em todas as provas analisadas houve uma questão literal desta lei. Leitura obrigatória!**

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

**169. Pela sua importância, os livros comerciais são equiparados a documento público, sendo tipificada como crime a falsificação, no todo ou em parte, da escrituração comercial.**

**Comentários: CERTO. O Código Civil (art. 1.179) determina que o empresário é obrigado a seguir um esquema escritural, e o Código Penal, no artigo 297, p. 2º, equipara os livros comerciais a documento público para fins penais, tornando crime sua falsificação.**

**Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.**

**Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:**

**§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.**

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

**170. Com a nova conceituação de empresário, aquele que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística somente será considerado empresário se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.**

**Comentários: CERTO. É o que se depreende com a análise do artigo 966, parágrafo único, CC:**

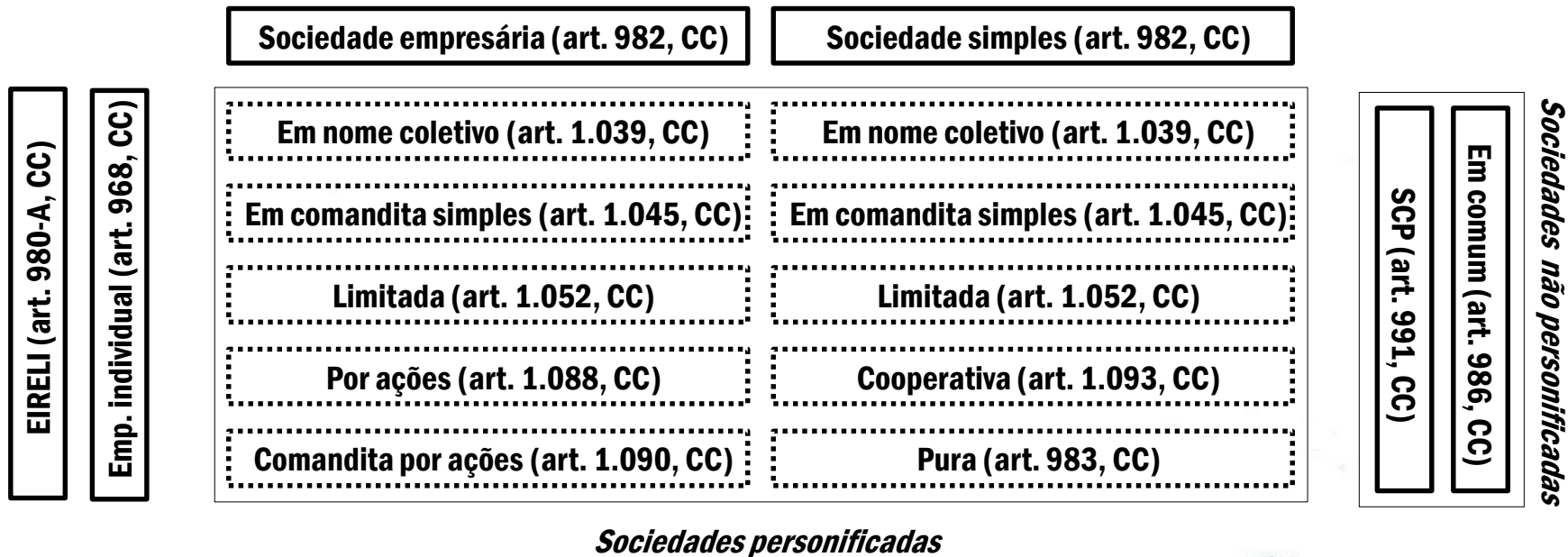
**Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.**

**Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.**



# Tipos societários

Mapa:



# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

**171.** Quando da sucessão do estabelecimento, o devedor primitivo continua **subsidiariamente** obrigado pelo prazo de um ano, contado da data da publicação da sucessão, quanto aos créditos vencidos, e da data do vencimento, quanto aos vincendos.

**Comentários:** ERRADO. O devedor primitivo continua **SOLIDARIAMENTE**, e não subsidiariamente, obrigado às dívidas anteriores à transferência do estabelecimento, segundo o artigo 1.146, CC:

**Art. 1.146.** O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

**\* A questão da responsabilidade na sucessão dos estabelecimentos é recorrente em provas CESPE e ESAF. Memorizar o artigo!**

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

O direito empresarial tem abrangência bastante ampla, com definições variadas. No Brasil, existe uma diversidade de contratos para operações comerciais e financeiras, como as operações de leasing (arrendamento mercantil), factoring (fomento mercantil), contratos bancários, entre outros. As sociedades empresariais, suas características, a desconsideração da personalidade jurídica e a nova lei de falência e recuperação das empresas confirmam a importância do direito empresarial para a economia nacional. Acerca desses assuntos, julgue os itens a seguir.

**172.** A pluralidade de sócios é uma condição necessária à existência de uma sociedade, não havendo previsão legal, no Brasil, para sociedade de apenas um sócio.

**Comentários:** ERRADO. Em princípio, a pluralidade de sócios é de fato condição à existência de uma sociedade, de acordo com os requisitos do artigo 981 do Código Civil.

**Art. 981.** Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

Contudo, o requisito não é absoluto, havendo, atualmente, a previsão da EIRELI (art. 980-A), sociedade anônima subsidiária integral (art. 251 lei 6.404/76) e a sociedade unipessoal temporária (1.033, IV, CC).

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

## Fundamentos:

**TEMPORÁRIA:** Art. 1.033, CC: Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

**V - a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;**

**SUBSIDIÁRIA INTEGRAL:** Art. 251, lei 6404/76. A companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira.

**EIRELI:** Art. 980-A, CC: A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

**\* A EIRELI não era prevista na legislação brasileira no ano em que a prova foi aplicada.**

# Individual x EIRELI x Limitada

*Discussão: PJ não poderia ser sócia de Eireli, neste sentido, Enunciado n. 468 da V Jornada de Direito Civil e a IN 117/2011 do DNRC (DREI)*

<b>Empresário</b>	<b>EIRELI</b>	<b>Sociedade Ltda.</b>
<b>titular único</b>	<b>titular único</b>	<b>dois ou mais sócios</b>
<b>titular: sempre PF</b>	<b>titular: sempre PF? E a PJ?</b>	<b>sócios: PF ou PJ</b>
<b>especialização patrimonial</b>	<b>segregação patrimonial</b>	<b>segregação patrimonial</b>
<b>sem exigência de K mínimo</b>	<b>K mínimo de 100 salários mínimos</b>	<b>sem exigência de K mínimo</b>
<b>responsabilidade ilimitada</b>	<b>responsabilidade limitada ao capital investido</b>	<b>responsabilidade limitada ao capital investido</b>

Na EIRELI o capital social precisa ser integralizado numa pancada só, não é como nas Ltdas que pode ser parcelado...

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Acerca desses assuntos, julgue os itens a seguir.

173. O endosso é o ato **necessário e suficiente** para que se processe a transferência dos direitos creditícios de um título de crédito.

**Comentários: ERRADO.** O endosso é um ato cambial de transferência de título de crédito, gerando, em regra, a corresponsabilidade do endossante pelo pagamento do título. Contudo, o endosso não é meio necessário para a transferência, que pode se dar via cessão de crédito, com a diferença que esta não gera a corresponsabilidade pelo pagamento, e nem é suficiente para operar a transferência, para a qual ainda é necessária a tradição do título endossado.

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Acerca desses assuntos, julgue os itens a seguir.

**174. A nova Lei de Falências regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, aí abrangidos os tipos empresariais existentes no Brasil, incluindo-se as sociedades de economia mista e excluindo-se as instituições financeiras e as cooperativas de crédito.**

**Comentários: ERRADO. A lei de falência de fato não é aplicada às instituições financeiras e às cooperativas de crédito, porém ela também exclui as sociedades de economia mista, segundo o artigo 2º, I da lei 11.101/05:**

**Art. 2º Esta Lei não se aplica a:**

**I – empresa pública e sociedade de economia mista.**

**II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.**

**\* Este artigo cai bastante em concursos!**

# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Acerca desses assuntos, julgue os itens a seguir.

**175. Pode ser objeto do contrato de leasing o bem móvel ou imóvel de produção nacional, bem como os de produção estrangeira, desde que estes sejam autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.**

**Comentários: CERTO. A lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, faz esta ressalva quanto aos bens estrangeiros no seu artigo 10:**

**Art. 10. Somente poderão ser objeto de arrendamento mercantil os bens de produção estrangeira que forem enumerados pelo Conselho Monetário Nacional, que poderá, também, estabelecer condições para seu arrendamento a empresas cujo controle acionário pertencer a pessoas residentes no exterior.**



# PROVA AGU 2006 / CESPE (167 a 176)

Acerca desses assuntos, julgue os itens a seguir.

176. A todo contrato se conferirá natureza bancária **sempre que um banco figurar** em um dos pólos da relação contratual.

**Comentários: ERRADO.** Nem todo contrato firmado por um banco é um contrato bancário. Há contratos comuns realizados pela instituição, como contratos de locação, compra e venda, fornecimento de serviços de água, luz, etc.

Para a conceituação dos contratos bancários, segundo a maioria da doutrina, deve-se analisar dois critérios, cumulativamente:

- i. Critério subjetivo: é contrato bancário aquele realizado por um banco;
- ii. Critério objetivo: contrato bancário é aquele que tem por objeto a intermediação do crédito.

Desta forma, a alternativa está incorreta, pois incompleta.